

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

INTIMAÇÃO

Por ordem do(a) MM(a). Juiz(iza) do Trabalho e nos termos do art. 203, §4º, fica V.Sa. intimado para ciência do documento ID 8af91c3, nos termos abaixo:

Ato ordinatório - PJe-JT

De ordem do(a) MM. Juiz (Juíza) do Trabalho e em cumprimento ao disposto no art. 203, parágrafo 4º do CPC, dei prosseguimento nos presentes autos, como segue:

Retifique-se o despacho de ID, -034129e, para fazer constar a data de audiência de conciliação designada nos autos para o dia 27/01/2021 às 10h10, mantidos os demais termos.

Intimem-se as partes.

BETIM/MG, 25 de janeiro de 2021.

LUIZA MAGALHAES JARDIM

BETIM/MG, 25 de janeiro de 2021.

DARIO FERREIRA BASTOS

**Foro de Betim
Portaria**

PODER JUDICIÁRIO

FORO TRABALHISTA DE BETIM

PORTARIA N. 01, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Estabelece procedimentos para a suspensão do atendimento presencial nas dependências do Fórum da Justiça do Trabalho de Betim, sempre que a Matriz de Monitoramento da Evolução da COVID-19, publicada no sítio eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho, colocar a cidade de Betim em nível de risco alto (onda

vermelha) de contágio pelo novo coronavírus, causador da Covid-19.

A Dra. KARLA SANTUCHI, Juíza Diretora do Foro de Betim, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO as determinações contidas na Resolução 322/2020

do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece no âmbito do Poder

Judiciário, medidas para retomada dos serviços presenciais, observadas

as ações necessárias para prevenção de contágio pelo novo Coronavírus

- COVID-19, e dá outras providências;

CONSIDERANDO as determinações contidas na Portaria Conjunta

GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020, que estabelece, no

âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais, medidas para a retomada

gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para

a prevenção de contágio pelo novo Coronavírus, causador da Covid-19;

CONSIDERANDO as determinações contidas no Ofício Circular

Conjunto GCR/GVCR/16/20, que suspende as atividades presenciais nas

unidades jurisdicionais deste Tribunal em razão da Matriz de Monitoramento da Evolução da Covid-19 indicar nível alto de contaminação (nível vermelho);

CONSIDERANDO a Matriz de Monitoramento da evolução da

COVID-19, publicada em 07 de Janeiro de 2021 no sítio eletrônico do

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, que coloca a cidade de

Betim em nível de risco alto;

RESOLVE:

Art. 1º Fica suspenso o atendimento presencial nas dependências do Fórum da Justiça do Trabalho de Betim, sempre que a

Matriz de Monitoramento da Evolução da COVID-19, publicada no sítio

eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho, colocar a cidade de Betim

em nível de risco alto(onda vermelha) de contágio pelo novo coronavírus, causador da Covid-19.

Art. 2º Durante a suspensão das atividades presenciais, todas as audiências serão realizadas exclusivamente nas modalidades virtual e telepresencial, observadas as disposições da Portaria Conjunta GCR/GVCR, n. 04 de 27 de abril de 2020, e da Portaria Conjunta GCR/GVCR n.11 de 03 de setembro de 2020.

Parágrafo único. As Secretarias das Varas do Trabalho deverão providenciar a conversão das audiências presenciais e semipresenciais, já designadas no período de suspensão de que trata esta portaria, para a modalidade virtual ou telepresencial, conforme o caso, intimando-se as partes, preferencialmente na pessoa dos seus procuradores, e certificando a ocorrência nos autos.

Art. 3º Não será permitida a entrada ou permanência de terceiros nas dependências deste Fórum, enquanto perdurarem as medidas regulamentadas pela presente Portaria.

Parágrafo único. Para controle da portaria do prédio, o vigilante e o porteiro que prestam serviço nesta unidade deverão continuar em seus postos de trabalho.

Art. 4º Enquanto permanecer a presente condição, serão cumpridos presencialmente pelos Oficiais de Justiça desta comarca apenas os mandados reputados urgentes, desde que não possam ser cumpridos de outra forma, sendo que os demais mandados serão cumpridos por meios remotos de comunicação, tais como telefone, whatsapp, e-mail.

Art. 5º O atendimento aos jurisdicionados deverá ser feito, em regra, de forma remota, utilizando-se telefone e e-mail. Os servidores do Setor de Atermação exercerão suas atividades por meio da plataforma whatsapp business, enquanto perdurar a situação em tela.

§ 1º. Os atos processuais que eventualmente não puderem ser

praticados pelo meio eletrônico ou virtual, por absoluta impossibilidade técnica ou prática a ser apontada por qualquer dos envolvidos no ato, devidamente justificada nos autos, deverão ser adiados e certificados pela serventia, após decisão fundamentada do magistrado (art. 3º, § 2º, da Resolução do CNJ n. 314, de 20 de abril de 2020).

§ 2º.O atendimento dos magistrados a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes em exercício do Jus Postulandi, deverá ocorrer por videoconferência (artigos 39 e seguintes da Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR n. 223, de 2020).

Art. 6º Todos os setores desta Especializada deverão funcionar em regime de trabalho remoto durante o período de suspensão dos serviços presenciais de que trata a presente Portaria.

Parágrafo único. Durante esse regime diferenciado de trabalho, os servidores e estagiários devem responder prontamente a todos os e-mails a eles direcionados, com a celeridade que se faz necessária em situações desta natureza.

Art. 7º Os estagiários deverão cumprir a jornada diária de 04 (quatro) horas de estágio por meio remoto, enquanto perdurar a situação em tela.

Art. 8º A prestação dos serviços de conservação e limpeza deverá ser mantida.

Art. 9º Casos omissos e dúvidas sobre as disposições desta Portaria serão dirimidos pela Juíza Diretora do Foro.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT.

Art. 11 Cumpra-se o disposto no Provimento Geral Consolidado PRV/GCR/GVCR 3/15, art.321, deste Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, encaminhando-se cópia da íntegra deste ato à Corregedoria Regional. Betim (MG), 07 de Janeiro de 2021.
karla Santuchi
Juíza Diretora do Foro de Betim